

CORES NA COBERTURA: O COLORISMO COMO DESAFIO À REPRESENTATIVIDADE NO JORNALISMO ESPORTIVO

COLORS ON NEWS COVERAGE: COLORISM AS A CHALLENGE TO REPRESENTATION IN SPORTS JOURNALISM

Karina Santos ¹

Nair Prata ²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo investigar se a ausência de mulheres negras de pele retinta no telejornalismo esportivo do Brasil pode ser resultado da ação do colorismo. Para isso, foi realizada uma análise de imagem descritiva de sete mulheres negras que atuam no meio, tendo como aporte o conceito de transcodificação de Johanna Smit (1987). O embasamento teórico sobre o colorismo foi feito por meio das autoras Juliana Góes (2022) e Alessandra Devulsky (2021). Além de estudiosos como Grada Kilomba (2019) e Frantz Fanon (2008), que possibilitaram as discussões sobre a subjetividade das pessoas negras. A partir desse movimento, percebemos vestígios de que o colorismo pode afetar a inserção da mulher negra de pele retinta no jornalismo esportivo.

Palavras-chave

colorismo; jornalismo esportivo; mulheres negras; raça; gênero.

Abstract

This article aims to investigate whether the absence of dark-skinned black women in sports journalism in Brazil may result from the action of colorism. To this end, a descriptive image analysis of seven black women working in the field was conducted, using Johanna Smit's (1987) concept of transcoding as a basis. The theoretical foundation on colorism was provided by authors Juliana Góes (2022) and Alessandra Devulsky (2021), along with scholars such as Grada Kilomba (2019) and Frantz Fanon (2008), who enabled discussions on the subjectivity of black people. From this movement, we find evidence that colorism may affect the inclusion of dark-skinned black women in sports journalism.

Keywords

colorism; sports journalism; black women; race; gender.

1 Mestranda do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. karina.peres@aluno.ufop.edu.br. <https://orcid.org/0000-0003-0154-5216>. <https://www.escavador.com/sobre/560639742/karina-carolina-peres-santos>.

2 Orientadora do trabalho. Doutora em Linguística Aplicada (UFMG), com estágio de pós-doutoramento na Universidad de Navarra (Espanha). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). nairprata@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-9127-7720>. <https://www.escavador.com/sobre/6042854/nair-prata-moreira-martins>.

Introdução

No dia 16 de janeiro de 2024, Leila Pereira, presidente do clube de futebol Sociedade Esportiva Palmeiras, realizou um ato que vem sendo classificado como histórico. Leila, que é a única mulher à frente do comando de um clube de futebol de elite no Brasil e na América Latina, convocou uma coletiva de imprensa aberta exclusivamente para jornalistas esportivas mulheres. O objetivo foi chamar atenção para a desigualdade de gênero presente no meio e reforçar a importância de ter cada vez mais profissionais mulheres ocupando espaços na imprensa especializada em esportes. Porém, outro fato chamou atenção: entre as 26 jornalistas que compareceram na coletiva, somente uma era negra. Seu nome é Eduarda Gonçalves, repórter esportiva dos canais por assinatura *ESPN Brasil* e *Star Plus Brasil*.

A coletiva de imprensa convocada pela presidente do Palmeiras pode ser percebida como um dos avanços que o meio esportivo vem demonstrando nos últimos anos em relação à equidade de gênero. No dia 22 de novembro de 2022, Renata Silveira se tornou a primeira mulher a narrar um jogo de Copa do Mundo na TV aberta. A partida foi entre Dinamarca e Tunísia e foi transmitida pela *TV Globo*. Desde 2021, Natália Lara também vem ocupando o cargo de narradora na mesma emissora. A função de comentarista teve uma maior abertura nos últimos anos, Ana Thaís Matos, Renata Mendonça e Alline Calandrini são algumas das mulheres que vem exercendo a função na *Rede Globo* e no canal por assinatura *SporTV*.

A cobertura da Copa do Mundo Feminina 2023 feita pelos canais esportivos do Brasil demonstrou esses avanços. Foi a primeira vez que a equipe de jornalistas escalados para cobrir o evento foi composta majoritariamente por mulheres. Nas redes sociais, o portal *Dibradoras* divulgou uma foto fazendo um comparativo entre a cobertura do campeonato em 2019 e em 2023, exaltando o aumento das jornalistas. Porém, nas imagens publicadas, é possível enxergar a mesma disparidade que a coletiva do Palmeiras: das 21 jornalistas que aparecem na imagem, apenas duas são negras.

Figura 1- À esquerda, foto das jornalistas esportivas 2019; à direita, em 2023



Fonte: Dibradoras (2023)

Diante desse cenário, quando comparamos os avanços de gênero relacionados com os de raça, vemos que ele ainda é irrisório. O presente artigo identificou 15 mulheres negras que atuam ou já atuaram no jornalismo esportivo televisivo, são elas: Rita Andrade, Lica Oliveira, Karine Alves, Débora Gares, Roberta Garcia, Denise Thomaz Bastos, Raphaelle Seraphim, Cynthia Martins, Duda Gonçalves, Jordana Araújo, Júlia Belas, Natália Silva, Bianca Santos, Luiza Santana e Bruna Rodrigues. Outra questão que chama atenção no meio é a ausência de mulheres de pele retinta.

Este adjetivo significa uma cor mais intensa, mais escura. Portanto, este artigo entende as pessoas negras retintas como aquelas que possuem o tom de pele mais escuro. A maioria das jornalistas identificadas possuem a pele negra clara, que pode ser entendida como aquela que se aproxima da cor marrom³. Essa tonalidade frequentemente classifica as pessoas como morenas e está ligada ao estereótipo da mulata brasileira. O baixo número de mulheres negras na área esportiva pode ser entendido como o reflexo do racismo presente na sociedade e que impõe uma série de barreiras para que elas consigam chegar lá. Entre eles, podemos observar os estereótipos ligados a raça, desigualdade social e no acesso à educação, além da seleção racial.

Porém, podemos observar outra questão que recai sobre as mulheres negras no jornalismo esportivo, principalmente aquelas que possuem a pele retinta: o colorismo. Esse termo foi criado por Alice Walker (1983) e diz respeito sobre o preconceito baseado na tonalidade da pele, em que pessoas de pele negra com tons mais claros são mais aceitas socialmente do que aquelas com a pele negra retinta. Além disso, outros traços fenotípicos atribuídos às pessoas negras também são desvalorizados, por exemplo, lábios grossos, nariz largo e cabelo crespo.

Dessa forma, o presente artigo busca evidenciar a ausência de mulheres negras de pele retinta no jornalismo esportivo televisivo e explicitar que esse fenômeno pode estar correlacionado ao colorismo. Para isso, a abordagem teórica é realizada com base nas autoras que estudam o tema como Juliana Góes (2022) e Alessandra Devulsky (2021). Também é feita uma análise de fotografias de sete jornalistas negras que atuam como repórteres esportivas na televisão. Essa etapa tem como metodologia a análise de imagem por meio da transcodificação (Smit, 1987).

O movimento de análise nos permite identificar vestígios que apontam para a existência do colorismo no jornalismo esportivo brasileiro. Isso porque, das sete mulheres analisadas, nenhuma possui a pele retinta, e somente duas têm o cabelo crespo. Podemos argumentar que a ausência dessas mulheres na área é uma das consequências do colorismo, que, assim como as outras formas de racismo, contribui para definir quais espaços as pessoas negras podem ter acesso. De modo que, quanto mais escura a cor da pessoa for, menos oportunidades e vantagens sociais ela vai ter.

Brasil, um país miscigenado: o início da valorização do branco

Assim como a história de muitos outros países, o Brasil foi marcado pela exploração dos europeus. Em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, Grada

3 Após pesquisa bibliográfica, constatou-se que não existe um consenso e/ou conceito definido do que é considerado uma pessoa negra de pele clara ou uma pessoa negra de pele retinta. Os pesquisadores e pesquisadoras negras, constatados aqui neste trabalho, dão indícios do que seriam essas categorias. Sendo assim, nesta pesquisa, optou-se por trazer essas definições próprias do que é uma pele negra retinta e uma pele negra clara.

Kilomba (2019) aponta para a relação desse processo com a construção da imagem que as pessoas negras têm de si. A autora explica que esse sistema começou com as relações de poder e violência dos colonizadores. Eles, os brancos, fantasiavam que nós, os sujeitos negros, queríamos possuir algo que os pertencia: a terra, os frutos.

Embora a plantação e seus frutos, de fato, pertençam “moralmente” à/ao colonizada/o, o colonizador interpreta esse fato perversamente, invertendo-o numa narrativa que lê tal fato como roubo. “Estamos levando o que é Delas/es” torna-se “as/es estão tomando o que é Nosso.” Estamos lidando aqui com um processo de negação, no qual o senhor nega seu projeto de colonização e o impõe à/ao colonizada/o (Kilomba, 2019, p. 34).

Com base nesse movimento, Kilomba argumenta que a branquitude é construída por meio da exploração do Outro, visto que acontece uma divisão dentro desses sujeitos que só reconhecem suas partes boas e as partes que eles negam, as ruins, são projetadas no Outro: “o sujeito negro torna-se então aquilo que o sujeito branco não quer ser relacionado” (Kilomba, 2019, p. 34). Esse processo desumaniza as pessoas negras que passam a ocupar “uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer” (Fanon, 2008, p. 26).

Dessa forma, as pessoas negras têm sua identidade forçada a partir dessa relação, que implica uma constante violência. O lugar do não-ser do sujeito negro está intrínseco em diversas estruturas sociais e se desdobra em outras formas de opressão, de modo que não somente a subjetividade do ser negro é pautada pelo branco, mas também suas características físicas.

Portanto, aspectos como o cabelo crespo, o nariz largo, os lábios grossos, a cor da pele e tantas outras características típicas da população negra também foram rejeitadas e vistas como ruins. Na obra *História Social da Beleza Negra*, Giovana Xavier (2021) explora a maneira com que a indústria capitalista dos cosméticos de beleza dos Estados Unidos se apropriou dessa rejeição para vender a ideia de uma nova beleza, que, na verdade, estava conectada com as políticas eugenistas.

Ao normatizar a brancura como padrão universal, referência de limpeza, urbanidade e progresso, a indústria da beleza, com sua publicidade, será um dos principais espaços de popularização da eugenia e dos valores supremacistas brancos. Em contraposição, o mercado, através das propagandas, associará imagens de pessoas negras e indígenas a produtos do trabalho doméstico (farinhas, detergentes, óleos) e ao consumo de álcool (Xavier, 2021, p. 77).

O Brasil exportou as políticas eugenistas, que são baseadas na ideia de hierarquia de raças, na qual o branco seria geneticamente superior aos negros. Ela começou a ser difundida com o racismo científico, que pretendia explicar biologicamente as características dos homens, baseados na crença de que existiam evidências científicas

que comprovavam a superioridade ou a inferioridade de uma raça. A teoria foi trazida pelos europeus e incorporada no País pelos intelectuais brasileiros.

É sob esta visão racista sustentada pela “ciência” que vai sendo tecida a cultura brasileira. Sendo o Brasil um país com um enorme contingente de populações negra e essencialmente mestiça – o que para a maioria das teorias racistas era sinônimo de atraso rumo ao progresso, de impureza, de degeneração (Scwarcz, 1996 apud Oliveira, 2008).

Sendo assim, devido ao grande número de negros, o Brasil estava fadado ao fracasso, que só seria remediado com a injeção de sangue branco na população. No pós-abolição, a miscigenação passou a ser incentivada com o objetivo de solucionar o problema étnico-racial.

Sua origem provém da convicção de que o sangue “branco” iria purificar o sangue primitivo, “africano”, permitindo a eliminação física destes e a formação gradativa de um povo homogêneo: “branco” e “civilizado”. É esta crença que explica a legitimidade da imigração dos europeus para o país mais discretamente nos tempos do processo migratório, que se inicia em 1818, e mais explícita, a partir da República em 1889. No projeto de imigração brasileiro, a questão racial é um conceito orientador, assim imigrantes estrangeiros, sim; mas europeus/brancos (Oliveira, 2008).

A ideologia do branqueamento contribui para desenvolver a ideia de que as pessoas brancas são superiores às negras levando a uma supervalorização de tudo que venha da raça branca. Essa apreciação também acontece na mídia, de modo que o padrão estético identificado tanto no telejornalismo quanto no jornalismo esportivo foi construído tendo como base essas questões. Coloca sobre os ombros das jornalistas negras o peso de não se encaixarem no padrão estético que é valorizado pela sociedade. Pavan e Sansoni (2022) explicam que a sociedade capitalista além de se apropriar e reforçar esse padrão, também utiliza de uma lógica sexista, que dispõe o corpo da mulher como um meio para o lucro.

Abarcado pela lógica do sistema de capital, no qual, neste contexto, os corpos são considerados mercadorias, a coisificação das mulheres é um traço cultural que enxerga o corpo feminino como um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades de qualquer tipo (Pavan; Sansoni, 2022, p. 29).

Conforme essa reflexão, podemos perceber que o padrão eurocêntrico das jornalistas esportivas, identificado na coletiva de imprensa convocada por Leila Pereira e na fotografia publicada pelo site *Dibradoras*, é utilizado pelo meio como uma estratégia capitalista para atrair a audiência da classe masculina, que ainda hoje, mesmo com o avanço nas discussões sobre gênero e esporte, é vista como o principal público dos conteúdos esportivos.

A pele branca, os olhos claros e os cabelos loiros e lisos são mais valorizadas e aceitáveis socialmente. Isso influencia no padrão de mulheres que vão conseguir atuar na área e principalmente das mulheres negras que serão aceitas no jornalismo esportivo. De modo que o tom da pele será um norteador para a inserção das jornalistas racializadas.

Quanto menos preta, melhor

Como discutido na seção anterior, a cor da pele da população estava ligada ao sucesso ou ao fracasso da nação. Com essa ideia, a teoria eugenista e as tentativas de branqueamento da população brasileira ganharam força, de modo que a imigração de europeus foi incentivada. Dessa forma, o Brasil ficou conhecido por ter um povo miscigenado: uma mistura entre brancos, indígenas e pretos. Entretanto, apesar de ser romantizada, a miscigenação do povo brasileiro foi produto do estupro colonial, que, primeiro, utilizava a violência sexual contra mulheres indígenas e, posteriormente, com as mulheres escravizadas. Esses processos também ajudaram a formar o mito da democracia racial, um conceito cunhado por Gilberto Freyre, que passa a falsa ideia de que, no Brasil, não há racismo e que, aqui, todas as raças vivem em harmonia.

Essa ideologia prejudica o avanço das discussões sobre o racismo no Brasil, visto que nega que ele exista, mas, além disso, a miscigenação e as ideias de democracia racial causaram uma distorção na forma como as pessoas negras se enxergam e se definem na sociedade. Ao questionar “Qual é a sua cor de pele?”, o Censo do IBGE, por meio da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (Pnad) de 1976, recebeu 136 respostas diferentes autodeclaradas sobre a cor da pele, entre elas: morena-bem-chegada, morena-jambo, queimada de praia, cor-de-ouro, puxa-para-branco, mulata, preto, negro, turva, pardo, entre outras. Esses dados podem revelar a dificuldade que as pessoas negras sentem em se identificar nesse grupo, visto todas as questões discutidas na seção acima.

Atualmente, as diferentes definições da cor da pele foram unificadas na categoria parda, o IBGE, por exemplo, utiliza cinco categorias raciais em suas pesquisas: branco, preto, indígena, amarelo e pardo. Entretanto, apesar de existir diferenças nos tons de pele, a categoria parda foi agrupada à de pretos.

Pardos esses que são associados a algum grau de mestiçagem racial, enquanto, por outro lado, não são identificados como brancos por não terem ascendência europeia visível em algum traço físico peculiar. O pendor racial atinente aos pardos aproxima, assim, este grupo dos negros, dos quais fazem parte (Devulsky, 2021, p. 19).

Essa categorização racial e a dificuldade que algumas pessoas demonstram em se identificarem como negros pode ser pensada a partir do colorismo. De acordo com Góes (2022), a criação do termo foi atribuída a Alice Walker (1983) e se refere ao preconceito ou ao tratamento especial baseado na cor da pele feito por pessoas do mesmo grupo racial. O conceito começou a ganhar força entre os próprios negros de classe

média, que, segundo Walker (1983), preteriam as negras de pele clara em detrimento daquelas com a pele escura.

“Logo, colorismo é a comunidade negra voltando se contra si” (Góes, 2022, p. 3). Reflexão que também é feita por Devulsky (2021, p. 21): “o colorismo tem o condão de opor pessoas da mesma comunidade, umas contra as outras, permitindo que pessoas negras possam se estranhar por conta de suas diferenças”.

No Brasil, há vestígios de que essa hierarquização ainda existe. No País, algumas pessoas são classificadas de acordo com suas características físicas, sendo que aquelas que se aproximam dos fenótipos de pessoas brancas são mais aceitas socialmente. Isso cria uma apreciação da pele clara, de modo que o colorismo “tem como causa a maneira pela qual compreendemos a condição negra, inferiorizada e subjugada ao branco” (Devulsky, 2021, p. 22). Dessa forma, observamos que há uma diferença entre o colorismo discutido por Walker (1983) e o colorismo existente no Brasil.

Embora a autora reconheça que o colorismo representa a incorporação de lógicas brancas (como a valorização da pele clara), na sua obra, o colorismo é definido como um sistema de opressão criado dentro da comunidade negra. Contudo, no Brasil, a hierarquização das pessoas segundo fenótipo é estabelecida por classes dominantes contra as dominadas. Ou seja, tal hierarquização tem caráter fortemente interracial – ela é um sistema criado por brancos para garantir a dominação de negros (Góes, 2022, p. 9).

Essa ideologia tem diversas consequências, principalmente na identificação racial. No Brasil, pessoas de pele clara, que se identificam como pardas, ocupam um não-lugar racial: pretas demais para serem brancas e brancas demais para serem negras. “Portanto, a categoria ‘pardo’ serve para agregar todos aqueles que tiveram sua identidade racial destruída pelo racismo” (Góes, 2022, p. 16).

Nesse ponto, voltamos a Kilomba (2019) e Fanon (2008), que trazem a reflexão sobre como a subjetividade do negro é construída a partir do olhar branco e forma os estereótipos sociais de que o branco representa o inteligente, o valioso e o bom, enquanto o negro reflete o contrário. Nesse processo de desumanização, de modo consciente ou inconsciente, o negro se vê obrigado a “assemelhar-se ao branco e negar a sua própria negritude, portanto, era a única maneira de tornar-se gente” (Góes, 2022, p. 14).

O capitalismo se aproveitou dessa lógica e, em mais um processo de violência, criou produtos que ajudam as pessoas negras a se tornarem brancas: os clareadores de pele. Giovana Xavier (2021) ressalta que, nos Estados Unidos, os clareadores de pele, que foram uma febre na imprensa de 1900 a 1920, significavam para as pessoas negras algo muito além do que somente um produto de beleza. Ele era visto como uma alternativa para que elas pudessem se manter vivas e seguras. “Isso faz sentido, considerando os linchamentos e as barreiras em situações corriqueiras sob as normas do Jim Crow, como beber água, usar um banheiro público ou tomar um café, sem contar estudar, ir ao médico e alugar uma casa” (Xavier, 2021, p. 80). A autora ainda reforça que ser um negro de pele clara também era visto como a possibilidade de conquistar a as-

censão social. Mais de 100 anos depois, tanto os produtos clareadores de pele, quanto a busca pela sobrevivência, ainda persistem na realidade das pessoas negras.

O infográfico “A violência contra as pessoas negras no Brasil em 2022”, pertencente ao Anuário Brasileiro de Segurança Pública, revela que, na última década, foram assassinadas mais de 408 mil pessoas negras no Brasil, o que representa 78% do total de homicídios do período. Esse grupo também é a maior vítima da violência policial: pessoas negras foram 84,1% dos mortos pelas polícias e 67,7% dos policiais assassinados.

O documento ainda mostra que as mulheres negras representam 62% das vítimas de feminicídio e sofrem 13,3% mais assédio do que as mulheres brancas. Em suma, os dados podem indicar que quanto mais negro, maior a possibilidade de sofrer algum tipo de violência. Portanto, atualmente, não ser lido como uma pessoa negra ainda pode ser entendido como uma estratégia de sobrevivência.

Além disso, essa tática está presente no mercado e na lógica capitalista. Em 2016, a propaganda de um creme branqueador na Tailândia afirmava: “você precisa ser branca para vencer”. Mais recente, em 2022, o depoimento da nigeriana Ellen, ganhou o mundo após a jovem contar sua experiência utilizando um produto que prometia clarear a pele.

Durante o uso do produto notei que minha pele ficou mais clara, as manchas de acne sumiram [...] As pessoas nas redes sociais diziam: uau, adoramos essa cor, queremos essa cor de pele, é melhor que a anterior. Eu me sentia limpa, revigorada (BBC, 2022).

No Brasil, quando se trata de indicadores socioeconômicos, padrões de mobilidade social, desigualdades de renda e de oportunidades educacionais, pretos e pardos ocupam praticamente o mesmo lugar de desigualdade quando comparados aos brancos. Fato que leva alguns pesquisadores a agrupá-los em uma única categoria para fins de investigação social. Isso acaba dificultando a obtenção de dados separados sobre cada uma das categorias.

Entretanto, desde a década de 1970, a discriminação contra os pardos vem sendo registrada no País. Porém, quando comparados aos negros, os pardos apresentam uma percepção mais baixa de atos de discriminação racial. “Temos uma situação paradoxal: os pardos estão extremamente próximos dos pretos no que toca à desigualdade de oportunidades e de resultados e ao mesmo tempo longe destes quanto à percepção do preconceito e da discriminação” (Daflon; Carvalhes; Feres Júnior, 2017).

Como argumentado até aqui, a afirmação dos autores pode ser explicada pela dificuldade de identificação racial que esse grupo encontra, que atrapalha a percepção sobre as diferentes formas de o racismo atuar. Além disso, como a sociedade aprendeu a aceitar o branco como características positivas, ser mais claro implica ter uma melhor aceitação social.

Mas por que ter a pele mais clara traz privilégios para a pessoa afro-descendente, se ela ainda assim não será identificada como branca? Porque ela, mesmo sendo identificada como “negra” pela sociedade racista, o que significaria que ela não poderia desfrutar dos mesmos

direitos que uma pessoa branca, ainda assim é mais “agradável” aos olhos da branquitude e deve/pode por isso ser “tolerada” em seu meio (Djokic, 2015).

Um fato que ajuda a exemplificar esse argumento são os dados dos bens declarados por raça por candidato nas eleições de 2022. Os números mostram que o valor declarado pelas pessoas que se identificam como brancas era de R\$1.793.089,00, enquanto dos pardos era de R\$903.261,00 e o dos candidatos negros foi de R\$430.670,00. Esses números mostram que a cor da pele está diretamente ligada aos acessos que uma pessoa consegue ter na sociedade brasileira.

Os dados aí mostram o abismo estrutural na qualidade de vida de negros em relação aos brancos e intergrupo - pretos em relação aos pardos [...] A cor da pele ajuda a melhorar a classe social, facilita o crescimento profissional, a compra de móveis e imóveis (Akotirene, 2022).

O jornalismo esportivo televisivo pode ser entendido como um dos espaços sociais nos quais podemos perceber essa facilidade de acesso que a cor provoca. Entre as jornalistas negras identificadas até o momento na dissertação que está em desenvolvimento (da qual este artigo é um desdobramento), sete delas trabalham com produtos audiovisuais, sendo elas: Débora Gares, Karine Alves, Duda Gonçalves, Jordana Araújo, Rafaelle Seraphim, Denise Thomaz Bastos e Bia Santos. Apesar de se considerarem negras, todas elas possuem traços que as aproximam da aparência que seria tolerável pela branquitude.

Para corroborar com esse argumento, realizamos uma análise descritiva de fotografias publicadas pelas jornalistas citadas acima em suas redes sociais. Pensando no objetivo deste trabalho, que é o de observar a presença do colorismo no jornalismo esportivo, o estudo das imagens realizado nesta pesquisa não busca aprofundar a relação entre outros elementos e signos que compõem as fotos no tocante à figura das mulheres. Desse modo, utilizamos a transcodificação, que, de acordo com Smit (1987), é o ato de traduzir uma foto em palavras, como método de análise das imagens.

Desenvolvemos uma descrição da aparência e características físicas das mulheres que julgamos serem relevantes para o objetivo deste artigo. Portanto, observamos e destacamos o tom de pele das jornalistas e outros traços físicos notáveis de descendência africana.

Como argumentado nas seções anteriores, o colorismo refere-se à maior aceitação que pessoas de pele negra clara possuem socialmente em comparação com os negros de pele escura. Portanto, buscamos, na análise, identificar jornalistas esportivas de pele retinta, de modo que as que não apresentarem essa tonalidade são analisadas como negras de pele clara. É importante ressaltar que essa análise não pretende corroborar com o colorismo e classificar as pessoas negras de acordo com o tom de pele; o nosso objetivo com este estudo é demonstrar, de forma objetiva, como o colorismo pode afetar a presença de mulheres negras de pele retinta no jornalismo esportivo brasileiro.

Análise das imagens

Figura 2 – Débora Gares ao lado da taça da Copa do Mundo Feminina



Fonte: Instagram @deboragares

Débora Gares, da Figura 2, atualmente, é repórter esportiva dos canais *TV Globo* e *SporTV*, uma mulher negra de pele clara, com nariz e boca fina. O cabelo da jornalista é cacheado e, na imagem, está com luzes loiras.

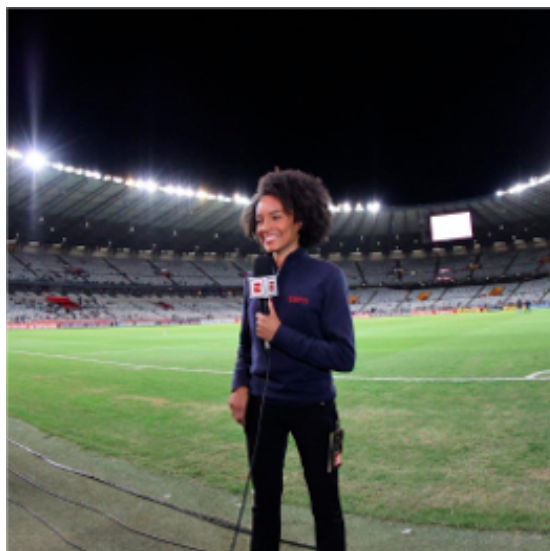
Figura 3 – Karine Alves apresentando o Esporte Espetacular



Fonte: Instagram @karinealveska

Na Figura 3, vemos Karine Alves, que, hoje é apresentadora da *TV Globo* e do *SporTV*. Ela também possui pele clara, nariz e boca fina, cabelos cacheados e com luzes loiras.

Figura 4 – Duda Gonçalves durante cobertura pela ESPN



Fonte: Instagram @dudacg_

Duda Gonçalves, que vemos na Figura 4, é repórter dos canais *ESPN* e *Star+*, ela é uma mulher negra de pele mais escura em comparação às outras duas jornalistas já analisadas, mas também não possui uma pele retinta. Da mesma forma, ela tem nariz e boca fina. Duda tem o cabelo crespo.

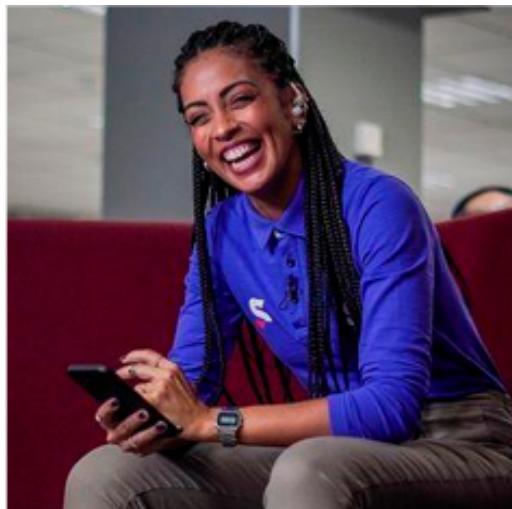
Figura 5 – Jordana Araújo



Fonte: Instagram @jordanaaraaujo

Jordana Araújo, na Figura 5, é comentarista do *Band Esporte Clube* e, assim como Duda Gonçalves, é uma mulher negra de pele mais escura em comparação às duas primeiras jornalistas analisadas, mas não tem a pele retinta. Ela possui o nariz fino e lábios grossos e o cabelo black, como ela mesmo denomina em seu Instagram.

Figura 6 – Rafaelle Seraphim com uniforme da TV Globo



Fonte: Instagram @rafaelleseraphim

Na Figura 6, vemos Rafaelle Seraphim, que é comentarista de futebol na *Globo* e no *SporTV*. Ela é uma mulher negra de pele clara, com nariz fino e lábios pouco grossos. Na imagem, ela está utilizando tranças, penteado utilizado pela comunidade negra, mas sem as tranças, a jornalista tem o cabelo cacheado.

Figura 7 – Denise Thomaz Bastos com microfone na mão



Fonte: Instagram @dtbastos

Denise Thomaz Bastos, que vemos na Figura 7, é repórter da *TV Globo* e *SporTV*. Ela é uma mulher negra de pele clara, com nariz fino e lábios pouco grossos e de cabelo cacheado.

Figura 8 – Bia Santos com uma bola na mão



Fonte: Instagram @falasemgritar

Bianca Santos, da Figura 8, é a jornalista de pele mais escura entre as sete analisadas, de modo que o seu tom é o que mais se aproxima da cor retinta. Ela também é a que possui o cabelo mais crespo. Entretanto, Bianca ainda possui lábios e nariz fino e é a única que não atua nos canais de televisão e sim no canal *Fala sem Gritar*, do YouTube.

Essa análise revela que existe um padrão de mulheres negras que conseguem ocupar um espaço de destaque nessa área. Apesar de todas elas se identificarem nesse grupo racial, a sociedade brasileira, com base em diversos discursos racistas, como o do mito da democracia racial, aprende a aceitar as pessoas negras com características suavizadas pela mestiçagem, enquanto rejeita as que apresentam os fenótipos demarcadores da raça negra, como os lábios grossos, narizes largos, pele retinta e cabelo crespo

Essa lógica é apropriada pelos meios de comunicação, que fazem concessões e incluem profissionais negros, mas que apresentam características que vão ser mais facilmente aceitas pela audiência. Portanto, isso acaba dificultando a inserção de mulheres negras de pele retinta na área, hipótese que pode ajudar a entender, somado com outros fatores, a ausência dessas mulheres no jornalismo esportivo.

Considerações finais

Ao observarmos o cenário atual da imprensa esportiva, vemos que a área, mesmo que ainda longe do ideal, está mostrando um avanço em relação à equidade de gênero. Hoje, é possível ver um número maior de mulheres exercendo a função de repórteres e apresentadoras de programas dedicados ao esporte. Entretanto, quando olhamos para a raça, vemos que o cenário é ainda mais desafiador.

A partir das inferências feitas neste artigo, é possível observar que o racismo perpassa de diversas formas a vida profissional das jornalistas esportivas negras. Uma delas é a dificuldade de inserção na área. Isso porque existe um padrão de jornalistas que são aceitas nessa área. Ele busca, de forma geral, mulheres que tenham um padrão

eurocêntrico, de modo que essa classificação afeta diretamente as mulheres negras.

Realizamos uma análise a fim de identificar que a maioria das profissionais racializadas que atuam em canais televisivos são mulheres que se encaixam em um padrão que, de certa forma, se aproxima do eurocêntrico. Por exemplo, das sete jornalistas observadas, a maioria possui lábios e nariz finos, além disso, a maioria dos cabelos são cacheados, alguns com mechas loiras. Somente duas têm o cabelo crespo. Diante disso, vemos que pode existir a ação do colorismo no jornalismo esportivo, visto que esse preconceito valoriza pessoas de pele mais clara e que apresentam características mais próximas das eurocênticas.

Esse padrão começou a ser implementado com as políticas eugenistas e reforçado pelo incentivo à miscigenação, que buscava justamente clarear a população brasileira. É importante destacar que a descrição das jornalistas realizada neste estudo não tem o intuito de definir a negritude dessas mulheres, mas, sim, identificar como o colorismo atua para que mulheres de pele retinta não sejam identificadas na área. Portanto, é possível supor que esse preconceito acaba dificultando a inserção de mulheres negras de pele retinta nessa área. Tal hipótese pode ajudar a entender, somada a outros fatores, a ausência dessas mulheres no jornalismo esportivo.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O colorismo é a maneira pela qual o racismo potencializa os seus efeitos de exclusão**. 30 ago. 2022. @carlaakotirene. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ch5H0EDJIKG/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

DAFLON, Verônica Toste; CARVALHAES, Flávio; FERES JÚNIOR, João. Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, v. 60, n. 2, p. 293 a 330, abr./ jun. 2017.
DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DJOICK, Aline. Colorismo: o que é, como funciona. **Geledes**, 26 fev. 2015. Disponível em: https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/?amp=1&gclid=C-j0KCQjw1OmoBhDXARIsAAAYGSGJBPNcQHmzgxFM40Lh_j5U_3hAZ6VpFDLgKbX-VbYDINXEgrEJRgDkaAgzCEALw_wcB. Acesso em: 8 out. 2023.

GÓES, Juliana Moraes. Reflexões sobre pigmentocracia e colorismo no Brasil. **Reves – Revista Relações Sociais**, v. 5, n. 4, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **A violência contra pessoas negras no Brasil**: 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Infográfico.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Qual é a sua cor de pele?** Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (Pnad) de 1976. Rio de Janeiro: IBGE, 1976.

JARDIM, Cláudia. "Você só precisa ser branca para vencer": propaganda de creme branqueador gera polêmica. **BBC News Brasil**, 9 jan. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160109_publicidade_brancos_tailandia_cj_lab. Acesso em: 8 out. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

OLIVEIRA, Idalina. **A ideologia do branqueamento na sociedade brasileira**. Paraná: Secretaria de Estado da Educação; Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2008.

PAVAN, Maya; SANSONI, Nicole. A mercantilização do feminino: capitalismo e padrão estético. **Revista PET Economia**, v. 2, n. 2. 2022.

"TINHA 22 anos, mas parecia ter 40 após clareamento de pele." **BBC News Brasil**, 8 ago. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62470417>. Acesso em: 8 out. 2023.

SMIT, Johanna Wilhelmina. **Análise da imagem**: um primeiro plano. Tradução. Brasília: IBICT, 1987.

VICENZO, Giacomo. Colorismo: O que é e como ele afeta a vida de negros de pele retinta? **Ecoa UOL**, São Paulo, 8 set. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/09/08/o-que-e-colorismo-e-como-ele-afeta-a-vida-de-negros-de-pele-retinta.htm>. Acesso em: 20 jan. 2024.

XAVIER, Giovana. **História Social da Beleza Negra**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

WALKER, Alice. **Em busca dos jardins de nossas mães**: prosa mulherista. Tradução Stephanie Borges. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Recebido em: 01 fev. 2024
Aprovado em: 15 abr. 2024